SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

NOTA OFICIAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUN) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

POR UM FUTURO DE FORTALECIMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS, COM RESPEITO À SUA AUTONOMIA

As Universidades Públicas Federais, responsáveis pelo que há de melhor na educação superior no Brasil, na graduação e na pós-graduação, pela maior parcela da produção científica nacional e por políticas avançadas de inclusão, encontram-se severamente afetadas pelas políticas públicas nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia. Ilustram essa dificuldade o bloqueio de parte de seus recursos orçamentários, o congelamento de bolsas de iniciação científica e de pós-graduação, a escassez de financiamento para a pesquisa e medidas na área de gestão de pessoas que desrespeitam a sua autonomia administrativa.

O que as Universidades Públicas Federais esperam das políticas públicas no atual cenário é que resgatem as suas condições de financiamento, a fim de continuarem contribuindo de modo diferenciado para o desenvolvimento nacional; políticas que garantam a sua autonomia acadêmica e administrativa, para que a sua atuação permaneça sintonizada com a sua função social e com as necessidades do conjunto da sociedade; políticas que viabilizem a continuidade e a expansão do processo de inclusão hoje em curso, com o qual se tornaram instituições para jovens de todas as origens, valorizando o talento de todas e de todos; políticas que possibilitem o cumprimento da meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2015), que prevê a expansão de vagas na educação superior pública.

No lugar disso, as Universidades Públicas Federais receberam, sem qualquer discussão prévia, ou qualquer diálogo real, como seria esperado em ambientes democráticos, o Programa Future-se, uma proposta de política de financiamento da educação superior pública que tem como referência a adequação do trabalho acadêmico e de pesquisa a interesses privados que se disponham a financiá-lo, e a transferência de prerrogativas de gestão para Organizações Sociais, entes alheios ao ambiente da Universidade. Trata-se, em essência, de uma agressão à autonomia universitária, preceito constitucional, e de imposição às Universidades Públicas Federais de um processo de privatização, incompatível com a sua função social.

Este não é o futuro que as Universidades Públicas Federais vislumbram para a sua atuação; não é o futuro que a sociedade brasileira precisa para a sua educação superior pública; não é o futuro pelo qual trabalha a comunidade da Universidade Federal do Pará. Compete às Universidades Públicas Federais fomentar o conhecimento, a cultura e o pensamento crítico; colocar o conhecimento a serviço de toda a sociedade, não condicionar a sua agenda de trabalho a interesses do poder econômico; promover, de modo intransigente, a civilidade, a democracia, a cidadania e a soberania do país, trazendo à reflexão os grandes problemas nacionais.

A Universidade Federal do Pará permanece aberta ao debate sobre o aperfeiçoamento e o fortalecimento das instituições públicas de educação superior, mas não participará de qualquer iniciativa que implique concessões à lógica privatista, ou a renúncia a sua autonomia acadêmica e administrativa.

Belém, 23 de setembro de 2019.

Emmanuel Zagury Tourinho
Presidente do Conselho Universitário